

# A colonização alemã no Rio Grande do Sul

## Augustinus Staub

Em 1812, o Príncipe D. Pedro fundou a colônia S. Agostinho, no Espírito Santo. Deveria abrigar colonos alemães. Na Bahia, em 1818, surgiu a colônia Leopoldina, também destinada a colonos da mesma origem. Quatro anos após, em 1822, 161 imigrantes germânicos estabeleceram-se na colônia S. Jorge dos Ilhéus, na Bahia. As três tentativas de colonização fracassaram. A colônia Nova Fiburgo, Estado do Rio de Janeiro, fundada em 1818, chegaram, em 1823, 1.800 imigrantes suíços. Nas terras não apropriadas para a agricultura, nasceu a bela cidade que hoje conhecemos.

O fracasso da colonização ao norte do país fez com que o Imperador pensasse em iniciativas idênticas na Província do Rio Grande do Sul. Terras baldias e improdutivas na citada Província, "s vezes disputadas por portugueses e espanhóis, deveriam ser ocupadas e valorizadas. Surgiram, em resposta aos anseios do Imperador, três tipos de colônias:

1) Colônias governamentais, num total aproximado de 60, fundadas pelo governo central, ou provincial-estadual, ou municipal. A colônia de São Leopoldo é o melhor exemplo de colônia fundada pelo governo central. Santa Cruz, Santo Ângelo, Monte Alverne, foram fundadas pelo governo da Província do Rio Grande do Sul. Por iniciativa da administração municipal, surgiram núcleos coloniais no interior dos municípios de Pelotas, Santo Ângelo e São Luis;

2) Colônias fundadas por sociedades lucrativas. Estas vendiam terras adquiridas do governo, de particulafe, ou trabalhavam para o governo, recebendo comissão pelas vendas efetuadas. Como exemplo citamos três colônias: Teutônia, fundada por Schilling e Cia, em 1858; Neu-Berlin, hoje Marquês de Souza, Lageado, fundada por Trein e Cia., em 1868, e Santa Emilia, Venâncio Aires, fundada por Pereira e Cia., em 1865.

3) Colônias fundadas por particulares. Estes adquiriram glebas, "s vezes enormes, com o fito de fundarem núcleos coloniais. Constituíam a grande maioria no Rio Grande do Sul. Como exemplo citamos três: São Lourenço, fundada por Jacob Rheingantz, em 1858; Linha São Pedro, Monte Negro, fundada por Iesenfeld, em 1878, e Neu-Pommern (Nova Pomerânia), Santa Cruz do Sul, fundada por Eichenberg, em 1888.

A primeira colônia governamental, fundada pelo governo imperial no Rio Grande do Sul, após a proclamação da Independência, foi a colônia de São Leopoldo, às margens do RIO DOS SINOS. O Imperador D. Pedro I expôs a sua resolução de contactar agricultores europeus, livres, brancos, mas não portugueses. Deveriam transformar o Rio Grande do Sul em celeiro do Império.

Anteriormente a Província já presenciara a vinda de imigrantes açorianos. Esperava-se que se dedicassem com afinco ao cultivo da terra e à produção de alimentos. Fascinados pela grande extensão de terras disponíveis na planície meridional do futuro estado, iniciaram a criação de gado (Koch, 1974: 82). Amantes da escravatura, desprezavam o trabalho manual (Roche, 1959: 3).

No dia 31 de março de 1824, o governo imperial comunicava ao presidente da Província do Rio Grande do Sul, a chegada da primeira leva de imigrantes alemães para o mês de julho daquele ano. Na missiva em questão, o Imperador frisava a superior vantagem de se empregar gente branca e indústria, tanto nas artes como na agricultura (Fouquet, 1974: 97) e considerava a chegada da primeira leva de imigrantes alemães, de utilidade pública para o Império. Era desejo do Imperador que fossem estabelecidos na fazenda pública da Real Feitoria do Linho Cãnhamo ou colônia de São Leopoldo, às margens do Rio dos Sinos, a 30 quilômetros ao norte de Porto Alegre, capital da Província.

Os primeiros imigrantes germânicos, em número de trinta e oito, destinados à colônia de São Leopoldo, chegaram a Porto Alegre, no dia 18 de julho de 1824 a bordo do bergantim Protector. Teriam chegado ao passo da antiga Real Feitoria do Linho Cãnhamo, no dia 25 de julho de 1824. Hunsche (1975:101) contesta a referida data, invocando um ofício

do presidente da Província, José Feliciano Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, datado de 23 de julho de 1824, no qual o referido presidente, comunicava ao Rio de Janeiro, a chegada, a Porto Alegre, do bergantim Protector, e que, no mesmo dia, os colonos já haviam partido para a Feitoria. A viagem de Porto Alegre, pelo Rio dos Sinos ao passo, só levava seis horas. Os colonos podem ter chegado ao destino no mesmo dia.

O dia 25 de julho entrou na história. Antes da Segunda Guerra Mundial era celebrado pelos colonos como "Der funfundzwanzigster July, unser Tag" (o dia 25 de julho, nosso dia). Posteriormente, conhecido como o "Dia do Colono", era dedicado a todos aqueles que entraram no Rio Grande do Sul com a finalidade de transformá-lo em celeiro do Brasil. Hoje celebramos no dia 25 de julho o dia do imigrante.

Quem eram os alemães de então? A Alemanha, como sabemos, estava longe da unificação (1871). Consideravam-se e eram considerados alemães os imigrantes de língua e cultura alemã, vindos de várias regiões das duas Alemanhas de hoje - Hunsrück, Pfalz, Westfália, Pomerânia (hoje sob o domínio polonês), Mecklenburgo, Suábia, Oldenburgo, Hesse, Silésia, Baviera, etc. - bem como os originários da Suíça, Áustria, Boêmia, Alsácia-Lorena, Sudetos, Luxemburgo, Tirol, Províncias Bálticas, Polônia, Rússia e Romênia. A língua e o "Deutschum" ligava-os profundamente. Predominavam, desde o início, os provenientes do Hunsrück, província situada à margem esquerda do Reno, entre os rios Mosela e Nahe.

Em São Leopoldo, às margens do rio dos Sinos, ergue-se o monumento comemorativo do desembarque dos primeiros colonos alemães. Sóbrio, de granito vermelho-escuro, traz as inscrições em língua alemã e portuguesa: Den V'atern zum Gedacht'nis - Em Memória dos nossos Antepassados. Ladeiam-no os bustos de D. Pedro I, de D<sup>a</sup> Leopoldina, do Visconde de São Leopoldo e do Coronel J. D. Hildebrand, principais impulsores e artífices da imigração.

Entre 1824 a 1830, 5.350 colonos aportaram no Rio Grande do Sul. O seu avanço para o interior apresentou, na opinião de Goulart (1927: 3 e 4), um movimento semelhante ao dos açorianos. Inicialmente tentaram fixar-se junto ao oceano, em Torres. Surgiram, desse modo, em 1825, duas colônias, fundadas pelo governo imperial: a de Três Forquilhas, junto ao rio do mesmo nome, destinada a evangélicos, e a colônia de São Pedro d'Alcântara, mais perto de Torres, destinada a católicos. Vários fatores contribuíram para que as referidas colônias não prosperassem: o paludismo era endêmico, as escarpas da serra interditavam o acesso ao interior e Porto Alegre ficava distante. As autoridades brasileiras aprenderam, desde o início, que existia uma correlação entre o sucesso da colonização e os meios de comunicação (Roche, 1959: 81).

Da colônia de São Leopoldo, os colonos também se embrenharam mata a dentro povoando as margens do rio dos Sinos, boa parte da baía do Cai, o curso médio do Taquari e a borda meridional do planalto riograndense, à margem esquerda do Jacuí, numa extensão aproximada de 60 quilômetros de largura por 240 de comprimento.

Nos primeiros contratos o governo imperial prometeu aos colonos o pagamento das passagens, a cidadania brasileira, a cada chefe de família uma propriedade com área aproximada de 75 hectares, sementes e gado necessários para o início do plantio e da criação e, durante o primeiro ano, a diária de 160 réis, reduzida à metade no segundo ano, além da isenção de impostos pelo período de dez, durante o qual não podiam alienar a propriedade.

Os colonos vinham do Brasil com um ideal bem definido, assim expresso por Leopoldo Petry:

O seu ideal era, com raras exceções, e continua a ser, tornarem-se proprietários de um pedaço de terra, com uma casinha, onde possam trabalhar em sossego, viver com o conforto, que suas modestas aspirações requerem constituir família, educar os filhos e cumprir com os deveres para com Deus e a Pátria (Petry, 1959: 9).

Em 1830, a imigração enfrentou os primeiros obstáculos. Por ocasião da renúncia de D. Pedro I, um nativismo exagerado fez com que a colaboração estrangeira fosse julgada desnecessária (Oberacker, 1967: 229). A lei de 15 de dezembro daquele ano, vedava ao governo do império, qualquer gasto relacionado com a imigração e a colonização. Conseqüência natural: a imigração de alemães reduziu-se a poucos colonos. Surgia, outrossim, nas colônias, o problema da remuneração de médicos, inspetores, professores e outros oficiais do governo. O ato adicional de 1834, o primeiro do país, que estabeleceu a Regência Una, em lugar da Regência Trina, criou as assembleias legislativas Provinciais, com a incumbência de resolver os problemas de imigração e colonização nas próprias Províncias. A falta de recursos destas, aniquilou, quase que por completo, a florescente colonização em andamento no sul do país.

A Guerra dos Farrapos (1835-1845) foi outro entrave à imigração. Na colônia de São Leopoldo, apenas alguns intelectuais e antigos oficiais tornaram-se partidários dos Farrapos (Nogueira e Hutter, 1975: 127). Contingentes revolucionários exigiam o fornecimento de calçados, celas, arreios, animais de carga e de corte. Hildebrand, diretor da colônia, veterano das Guerras Napoleônicas e ex-combatente de Waterloo, fiel ao Imperador, liderou a reação contra os Farrapos. Entroncheado em Dois Irmãos (Baumschneis), com atiradores experimentados, ficou em posição inexpugnável durante cinco anos. Com a chegada das tropas imperiais, foi iniciada a reconstrução da colônia. O fornecimento de mantimentos e utensílios, pelos colonos, legalistas, pode ser considerado como uma das causas principais da derrota dos Farrapos em 1845.

A colônia de São Leopoldo prosperou. Em 1846, Porto Alegre já era abastecida, com víveres, por São Leopoldo. Anos após, praticamente todos os produtos consumidos nas cidades da Província, bem como a maior porção dos comercializados no Rio da Prata, eram provenientes de São Leopoldo. Em 1859, Angelo Moniz da Silva Ferraz, Presidente da Província, afirmava que São Leopoldo era, inquestionavelmente, o celeiro da Província. A exposição provincial de 1866 veio comprovar a afirmação do Presidente: três quartas partes do exposto, em diferentes ramos da indústria e da produção, provinham dos núcleos coloniais.

A colônia de Santa Cruz (1849), foi a primeira a ser criada pelo governo da Província do Rio Grande do Sul. Os seus habitantes "ficaram famosos, em comparação a outros, por seu pronunciado espírito de solidariedade e índole pacífica" (Fouquet, 1974: 29). Em 1855, São Leopoldo era a colônia mais próspera, com doze mil habitantes, seguida pela de Santa Cruz, com mais de mil duzentos e trinta colonos.

No início do século atual, os descendentes dos imigrantes de São Leopoldo, Santa Cruz e outras colônias, iniciaram o povoamento do oeste do Rio Grande do Sul. De 1922 em diante penetraram nas matas virgens do oeste catarinense garantindo a soberania brasileira até as margens do Peperi-Guaçu. Hoje encontramos-os no Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Minas, com um ideal mais amplo: transformar o Brasil em celeiro do mundo.

Staub é descendente direto de alemães imigrantes, neto de imigrantes que se fixaram em Santa Cruz, em 1881. E professor no Departamento de Letras e Linguística da UnB.